

Movimentos socioterritoriais: relações de produção agroecológica de jovens do assentamento Roseli Nunes, MT

Cristiane Gonçalves Ribeiro

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
e-mail: cristianegoncalvesribeiro7@gmail.com

Renata Maria da Silva

Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (SEDUC/MT) – Vera, Mato Grosso, Brasil.
e-mail: renatamaria.enzo@gmail.com

Resumo

O presente trabalho apresenta uma reflexão acerca da atuação da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes Mirassol D'Oeste, MT, que atua em grupo de produção agroecológica. O objetivo foi analisar como se articula a juventude camponesa para permanecer no campo, através de uma parcela da juventude do assentamento valendo-se da renda oriunda da produção agroecológica. Assim buscou-se compreender os trabalhos com agroecologia a partir das formações e reflexões da juventude camponesa nos diferentes espaços do assentamento. O desenvolvimento da metodologia ocorreu por meio de pesquisas campo. Esses grupos de jovens trabalham na perspectiva agroecológica, com autonomia necessária para se organizarem em seus territórios no cotidiano, acompanhando e melhorando todas as etapas, desde o plantio até a comercialização do que os assentados conseguem produzir.

Palavras-chave: Assentamento; camponeses(as); juventude; movimentos socioterritoriais.

Socioterritorial movements: relations of agroecological production of young people from the Roseli Nunes / MT Settlement

Abstract

This paper presents a reflection on the performance of the peasant youth of the Roseli Nunes Settlement, Mirassol D'Oeste, MT, who works in an agroecological production group. The objective was to analyze how the peasant youth articulates to remain in the countryside, through a portion of the youth from the settlement, taking advantage of the income derived from agroecological production. The development of the methodology occurred through field research. These groups of young people work in the agroecological perspective, with the necessary autonomy to organize themselves in their territories on a daily basis, monitoring and improving all stages, from planting to the commercialization of what the settlers are able to produce.

Keywords: Settlement; peasants; youth; socioterritorial movements.

Movimientos socioterritoriales: relación de producción agroecológica de jóvenes del asentamiento Roseli Nunes/MT

Resumen

El presente trabajo presenta una reflexión acerca de la actuación de la juventud campesina del Asentamiento Roseli Nunes Mirassol D'Oeste, MT, que actúa en grupo de producción

Rev. NERA	Presidente Prudente	v. 24, n. 61, pp. 138-161	Dossiê - 2021	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	---------------------------	---------------	-----------------

agroecológica. El objetivo fue analizar cómo se organiza la juventud campesina para mantenerse en el campo, por medio de una fracción de la juventud del asentamiento arreglándose con la ayuda de los ingresos proveniente de la producción agroecológica. El desarrollo de la metodología ocurrió por medio de investigación de campo. Esos grupos de jóvenes trabajan en la perspectiva agroecológica, con autonomía necesaria para que se organicen en sus territorios, en el cotidiano, acompañando y mejorando todas las etapas, desde el plantío hasta la comercialización de lo que los asentados logran producir.

Palabras-clave: Asentamiento; campesinos/as; juventud; movimientos socioterritoriales.

Introdução

O Assentamento Roseli Nunes está localizado na microrregião do Jauru, do estado¹ de Mato Grosso, a 22 km do município de Mirassol D'Oeste, a 7 km do município de Curvelândia e a 82 km do município de Cáceres. A área total do assentamento é de 10.611,00 hectares, sendo que um hectare é destinado para área comunitária, distribuído geograficamente em 17 núcleos.

O Roseli Nunes é fruto da luta pela terra, no caso, uma ação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ganhou solidificação como assentamento em junho de 2002. Naquela região, foram assentadas trezentas e trinta e uma famílias que vivem, trabalham e dependem da produção de leite e de diversas culturas.

No assentamento, as famílias estão organizadas em núcleos de bases, que podem ter de treze a vinte famílias, e cada um tem seu coordenador, que encaminha as propostas de seus nucleados e depois repassa a devolutiva de como está o processo das lutas. Após essa organização interna, surgiram associações e a escola do campo, Escola Estadual Madre Cristina, uma conquista que teve origem no período em que se organizavam ainda como acampamento até consolidar o assentamento.

No contexto dos movimentos socioterritoriais, a juventude camponesa enfrenta diversos conflitos em seu meio social e na própria família, em razão do patriarcalismo, pois os pais monopolizam as decisões finais. Mesmo nos encontros de formação e de mobilizações, os jovens são supervisionados constantemente, ou seja, estão sempre subordinados a um adulto em todos os espaços em que sua sociabilidade é construída, seja nos espaços de produção, na escola, nas associações ou, ainda, na esfera política. Contudo, muitos conseguem se sobressair, participando ativamente dos espaços públicos, mostrando que têm voz e, portanto, buscando, nessas ocasiões, seu lugar, bem como novas formas de emancipação e de autonomia.

¹ Este trabalho é parte da pesquisa de dissertação defendida na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), Programa de Pós-Graduação em Geografia: *Vozes da juventude: práticas e aprendizados de jovens no processo socioespacial de recriação camponesa no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste, MT.*

Nesse contexto, com o objetivo de auxiliar a juventude camponesa, foram realizados, a partir da chamada pública do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), projetos de capacitação profissional e extensão tecnológica e inovadora para jovens de 15 a 29 anos. O propósito dessa ação foi apoiar os estudantes de nível médio e pós-médio, para que pudessem contribuir significativamente com o desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais, bem como proporcionar a construção de uma sociedade que valorize o bem-estar dos sujeitos do campo.

A partir da aprovação desse projeto *Juventude camponesa*, foram desenvolvidos cursos de formação e qualificação, organizados pelo núcleo UNEMAT UNITRABALHO², acerca da educação popular para a juventude. Para a elaboração das propostas, tomou-se por base a análise do processo de formação e de organização camponesa realizado na escola e na comunidade, visando ao fortalecimento e à autonomia econômica, social e política, segundo os princípios da agroecologia, da economia solidária e das tecnologias sociais. As atividades do projeto foram desenvolvidas com 50 jovens camponeses ligados ao Assentamento Roseli Nunes. Este assentamento surgiu a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Assim, no desenvolver do projeto, foram previstas atividades de formação e ações de investigação ligadas ao campo, relacionando os espaços educacionais formais e não formais, no processo de auto-organização, na produção de conhecimentos tecnológicos. Para tanto, foram consideradas as experiências vivenciadas pelos(as) camponeses(as), suas práticas e seus saberes para o aprofundamento das práxis científicas desenvolvidas na interação tempo-escola e tempo-comunidade.

Em tal conjuntura, este artigo objetivou analisar como se articula a juventude camponesa para permanecer no campo, por meio de uma parcela da juventude do assentamento Roseli Nunes valendo-se da renda oriunda da agroecologia e, para esse feito, passam por constantes desafios. Em uma visão macro, foram considerados os movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações de terras na região sudoeste; no entanto, o foco deteve-se no Assentamento Roseli Nunes, mostrando sua evolução, forma de resistência e permanência da juventude no campo, tendo a agroecologia como mote.

As ações propostas pelo projeto foram fortalecidas com a inserção dos jovens nas atividades agroecológicas de associativismo e sustentabilidade, juntamente com a economia do campo, a produção e a comercialização. O princípio político e epistemológico deste artigo foi proporcionar uma visão de totalidade do território camponês, integrando a produção de conhecimento científico e tecnológico e as práticas da juventude camponesa.

² Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. Núcleo UNEMAT – UNITRABALHO realiza atividades de ensino, pesquisa, extensão; coordenado pelo professor Dr. Laudemir Luiz Zart.

Procedimentos metodológicos

Para a concretização deste trabalho, fez-se pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e em jornais que versavam sobre o tema, dando suporte e relevância para a pesquisa realizada em campo e para a interpretação dos fatos.

A coleta de dados ocorreu nos espaços do assentamento, por meio de um roteiro de entrevista, levantamento efetuado e sistematizado, para a dissertação. Na ocasião, buscaram-se características de 25 jovens, com idade entre 18 e 30 anos, que finalizaram o projeto em maio de 2017, e estavam à frente de trabalhos de agroecologia na comunidade.

Para este estudo, utilizamos um recorte da pesquisa feita na dissertação, em que foi examinado o quadro de cursos oferecidos, com carga horária de 40 horas, acerca da agroecologia. Ainda, no artigo, a intenção foi analisar três entrevistas realizadas com os jovens assentados (duas mulheres e um homem) para melhor entender a complexidade da temática, considerando todos os dados.

A metodologia enfatizou a análise dos dados obtidos na pesquisa realizada no campo empírico, o mapeamento da dinâmica espacial do assentamento, interligando as atividades econômicas agroecológicas dos jovens para a prática e para a manutenção da economia campesina. De posse dessas informações, foi possível identificar quais os principais empecilhos e barreiras encontradas para a manutenção do assentamento, do desenvolvimento da agricultura, das políticas públicas, em especial, aos jovens.

Para a investigação, a fim de desenvolver os procedimentos da pesquisa, compreender, identificar e buscar seus fundamentos, foi eleita a pesquisa participante. Conforme Gil (2007, p.30), esse modelo “, a pesquisa participante busca conhecer e agir para encontrar uma ação de mudança em busca do benefício do grupo estudado”, pois a participação é o ponto-chave de investigação ao trabalho proposto. A participação não envolve uma postura científica para conhecer melhor a cultura que investiga, mas determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir (BRANDÃO,1999, p.12). Freire (1999) afirma que não podemos conhecer a realidade da pesquisa a não ser com os próprios sujeitos, os quais são produtores do conhecimento. Assim sendo, a pesquisa participante tem como objetivo promover a produção coletiva do conhecimento.

Nesse sentido, após os procedimentos de coleta de dados por intermédio de entrevista semiestruturada e de registros fotográficos, foram selecionadas as falas de três jovens participantes, que compõem três grupos vanguardistas no assentamento. Cabe a

ressalva de que cada grupo envolvido com o projeto *Juventude camponesa* é composto por quatro jovens de diferentes locais geográficos do assentamento, com participação ativa do projeto agroecológico. Frise-se que foram selecionadas apenas essas pessoas (um recorte da amostra utilizada na dissertação) para esclarecimentos e debates acerca da juventude do campo e seu envolvimento com a agroecologia. Destaca-se que esses sujeitos foram escolhidos em razão da presença e forte atuação nas questões gerais do grupo e liderança da totalidade dos jovens.

Movimentos socioterritoriais

O conceito de *movimento socioterritorial* adquire suas primeiras reflexões na década de 1990, a partir da elaboração do artigo de Bernardo Mançano Fernandes, *Movimento social como categoria geográfica* (2000). Na sequência, obteve novos significados com a tese de doutorado de Nelson Pedon, intitulada *Movimentos socioterritoriais do campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses*, defendida no ano de 2009.

Um movimento socioterritorial, a exemplo dos movimentos de sem-terra e sem tetos, tem como um de seus principais objetivos a conquista do território. Sua forma de realização se dá, sobretudo, por meio de uma ação denominada ocupação. A ocupação compreende um processo social e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência às lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade e, por consequência, do espaço. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos desterritorializados (PEDON, 2009, p.176).

Os movimentos socioterritoriais são analisados sob diferentes perspectivas, produzindo espaços e territórios, especializando-se e territorializando-se: “A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades” (DALPERIO, 2012, p. 16).

Desse modo, por possuírem espacialidades e territorialidades, é necessária a ação para a transformação da realidade existente. Diante disso, os movimentos também podem ser desterritorializados e se reterritorializarem, criando/conquistando os territórios no espaço geográfico. “Nesse sentido, é evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mesmo não tendo o território como trunfo, por isso, o conceito de movimentos socioespaciais também se justifica” (SOBREIRO FILHO, 2010, p. 44).

Sendo assim, conceituamos movimento socioterritorial como aquele que tem o território como trunfo, sendo essencial para a sua existência. Portanto, eles “dizem respeito

ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade” (PEDON, 2009, p. 227).

Os espaços produzidos por esses movimentos são heterogêneos de acordo com a suas ações: Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços. Possibilitam compreender as ações dos movimentos socioespaciais e dos socioterritoriais, a partir dos espaços e dos territórios construídos pelas relações sociais, materiais e imateriais. Enfatizando, é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência o espaço, o território e o lugar produzidos por suas ações por meio das relações sociais (FERNANDES, 2005, p. 31-32).

Os movimentos socioespaciais brasileiros “representam o conjunto de mobilizações populares que têm o espaço como base de ação, mas que, para alcançar seus objetivos, não produzem uma interferência direta na territorialidade vigente” (PEDON, 2009, p. 227).

Assim, é no espaço geográfico que são criados os territórios e dentro dos quais são constituídas diferentes territorialidades, bem como identidades. Há movimentos que podem ser tanto socioespaciais como socioterritoriais, pois, para lutarem por seus objetivos, constroem relações sociais e criam territórios como o MST, por exemplo. Dessa forma, o território pode ser caracterizado como espaço de vida e morte, de resistência, de liberdade (FERNANDES, 2000).

Diante disso, a principal diferença na definição de um movimento socioterritorial reside no fato de ser o território o elemento essencial para determinados movimentos. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais, pois compartilham de tomadas de decisões em diferentes territórios de conquistas, que podem ocorrer mediante políticas públicas, cujo objetivo é a conquista de novos territórios para sua expansão e difusão: “porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios” (FERNANDES, 2005, p. 31).

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização (FERNANDES, 2005, p. 31).

Acrescenta-se que há obstáculos que refletem nas ações dos movimentos socioterritoriais porque, mesmo com essa conjuntura desfavorável, constroem espaços e territórios. Estes, por sua vez, criam suas territorialidades com um novo olhar, direcionado ao bem-viver, o qual, segundo Acosta:

[...] o Bem-Viver com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso ao uso, o Bem-Viver, enquanto ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formular visões alternativas de vida (ACOSTA, 2016, p. 33).

O *bem-viver* é uma filosofia de vida que abre portas para a construção de um projeto emancipador. Ao somar histórias de luta, de resistência e de propostas de mudanças e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis (ACOSTA, 2016, p. 40).

No período entre 1979 a 2012, foram registrados, segundo o Banco de Dados da Luta pela Terra, 578 assentamentos no estado de Mato Grosso (DATALUTA, 2013). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, enquanto movimento socioterritorial, destaca-se por atuar em ocupações de terras em Mato Grosso, sendo fruto dessas ações o Assentamento Roseli Nunes.

No que se refere aos movimentos socioterritoriais rurais, tem-se a luta pela terra como condição de acesso ao espaço da produção dos meios de existência, e a luta na terra como forma mais ampla de manutenção ou melhoramento dessas condições. Quando projetadas sobre o espaço, as ações intencionais o transformam em território, uma vez que ele passa a constituir espaço problematizado e disputado por diferentes grupos sociais (PEDON, 2009, p. 190).

Essas ações têm como consequência a modificação da estrutura fundiária, as pressões exercidas pelos governos, a desterritorialização do agronegócio, (re)territorialização dos movimentos, dentre outros desdobramentos que podem ser analisados nos tópicos seguintes. Diante de tudo isso, os jovens buscam melhores condições de vida no campo, objetivando o desenvolvimento sustentável do território conquistado.

Nesse sentido, o Assentamento Roseli Nunes nasceu da experiência de uma ocupação; logo, esses jovens vivem em um assentamento conquistado pela luta do MST: “O espaço é transformado em território por meio das transformações nas relações sociais” (PEDON, 2009, p.176). Assim, expressam a vontade de permanência no campo, demonstrando orgulho do lugar e da comunidade em que vivem, entendem o campo como

um espaço de vida que precisa ser mais bem valorizado, agregando valores advindos da diversidade de saberes e experiências dos sujeitos que o constroem, contrapondo-se à lógica do capitalismo.

Contextualização do Assentamento Roseli Nunes, MT

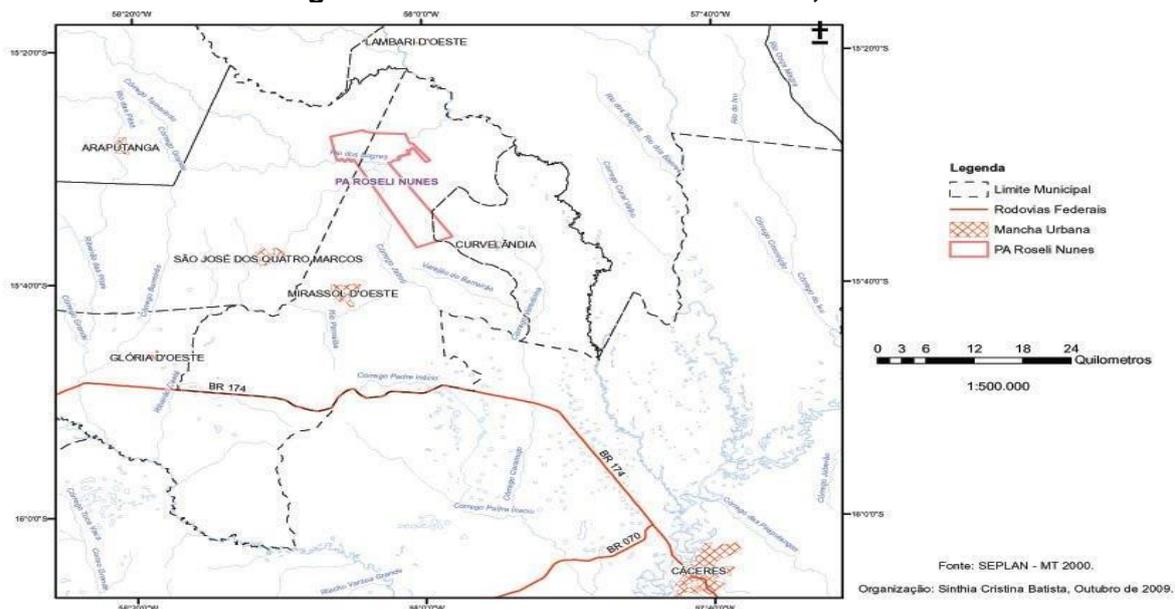
A partir dos anos 1990, recrudesceram os movimentos sociais no Brasil, se contabilizado o número de assentamentos no estado de Mato Grosso entre os anos de 1979 a 2012, segundo dados do DATALUTA (2013). Duas organizações continuaram suas lutas sociais em defesa da emancipação dos homens e das mulheres do campo: a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mitidiero (2011) discute a transformação de sem-terra em assentado e de assentado em pequeno produtor rural, da luta que continua na terra e não mais pela terra, busca evidentemente necessária nos seus lotes, em seus lugares de vivências. Neste sentido, o autor observa que há mudanças na perspectiva de alguns dos assentados que passam a viver como produtor rural (com o tempo, obtêm benefícios, custeios de produção e comercialização dos itens agropecuários, individuais). Igualmente, na condição de não estar mais atuante com o coletivo, deixando de lado, algumas vezes, as propostas iniciais de um acampamento ou assentamento de movimento social, situação que também foi observada no assentamento Roseli Nunes.

Assim, de forma objetiva, é evidente mencionar os desafios do assentamento e das famílias assentadas. Quanto aos sujeitos viventes nessa comunidade, desenvolvem-se os processos de enraizamento do território conquistado, da territorialização e dos movimentos socioespaciais da apropriação, do território e do lugar do vivido e do concebido. Logo, pensar na juventude do campo é também levar em conta um conjunto de problemas e soluções que devem ser enfrentados no campo.

O Assentamento Roseli Nunes teve início no fim da década de 1990, quando ocorreu a ocupação da fazenda Facão, no município de Cáceres, Mato Grosso (Figura 01). Composto por aproximadamente 600 famílias vindas de diversas regiões e cidades do estado, com o decorrer dos dias, foi se massificando cada vez mais, chegando a um total de 960 famílias, inclusive de outros estados. Depois de muita luta e sofrimento, em abril de 1998, obtiveram o comodato (empréstimo da terra, em que essas famílias permanecem em um chamado pré-assentamento, já no território do futuro assentamento) da Fazenda Prata, no município de Mirassol D' Oeste, dando espaço ao atual Assentamento Roseli Nunes.

Figura 1: Assentamento Roseli Nunes, MT.



Fonte: BATISTA (2014)

Mitidiero (2011, p. 6) expõe que o Estado, entenda-se governo, não é o único e principal protagonista do surgimento dos Projetos de Assentamentos (PAs). Ao contrário, a sociedade civil organizada em movimentos sociais no campo é quem pressiona o Estado para a realização de PAs. A organização dos populares *sem-terra* produz ações institucionais de desapropriação de fazendas e áreas rurais que não cumprem função social exigida pela Constituição Federal de 1988.

Segundo Batista (2014), a Fazenda Facão era provinda de latifúndio e de trabalho escravo e foi utilizada para assentar famílias que ocupavam três distintos lugares de acampamentos. Após a liberação da Fazenda Prata, acampados do Facão e famílias mobilizadas pelo trabalho de base nos municípios da região foram para o pré-assentamento, já na Fazenda Prata. Segundo os relatos de assentados, essa fazenda era uma propriedade que funcionava com trabalho escravo, improdutivo (com algumas áreas de gado) e mais um dos latifúndios da região sudoeste do Estado à espera da valorização da terra; não foi desapropriada, mas comprada pelo INCRA.

Os relatos de alguns dos assentados enfatizam que a conquista da terra não termina quando se “ganha” um lote; visto que a luta é diária para permanecer no local, a concepção de apropriação da terra se consolida no dia a dia. No Assentamento Roseli Nunes, os conflitos continuaram, destacando que:

Em síntese, os conflitos deste processo de estruturação giravam em torno: da exploração da natureza (a retirada de quase toda a madeira nobre, principalmente Aroeira); a ameaça da invasão (politicamente orientada); barreiras físicas (as condições ambientais desiguais, como a distribuição irregular de fontes de água e a existência de terrenos mais íngremes; a

necessidade de abertura de estradas) e políticas (a difícil relação com o Estado, como a ausência e/ou demora da liberação dos subsídios para a implantação dos lotes e da produção; a falta de apoio da prefeitura; a tentativa de retirada dos alunos camponeses; o descaso e demora de realização dos serviços do INCRA) (BATISTA, 2014 p. 355).

A expressão “conquista da terra” é proferida por muitos militantes, uma vez que a noção de conquista carrega em si a luta contra o latifúndio e a pressão frente ao Estado. Assim sendo, sem a existência dos movimentos sociais reivindicatórios, não haveria assentamentos rurais espacializados por todo o território nacional. Os assentados buscam, a partir de estudos e debates, melhorias no lazer, no trabalho, conhecimentos e renda, com qualidade de vida e permanência no campo.

Neste íterim, a Geografia presta-se como instrumento para analisar a apropriação espacial do assentamento e a produção do território pelos (as) camponeses (as) no assentamento Roseli Nunes, sendo que a territorialização é resultado de duas dimensões: uma político-econômica e outra imaterial/subjetiva/cultural. Segundo Haesbaert e Limonad (2007, p.47): “O território é uma construção histórica, sem esquecer que dele fazem parte diferentes formas de apropriação e domínio da natureza, as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo de relativo enraizamento espacial”.

Juventude camponesa no Assentamento Roseli Nunes e a agroecologia

Assim como a maioria da população, a juventude brasileira também sofre com as desigualdades no contexto étnico-cultural, político e socioeconômico. No Brasil, há 50,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos (IBGE, 2018), dados que remetem a repensar as políticas públicas e a sua viabilização para essa classe que está vulnerável na cidade e no campo. Assim, em 2005, por meio da Lei nº 11.129, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), vinculados à Secretaria Geral da Presidência da República, tornaram-se responsáveis para a articulação de políticas e de programas públicos que estruturam ações e sustentam o desenvolvimento da juventude brasileira (BRASIL, 2005).

Nesse contexto, uma conquista significativa foi a institucionalização da Política Nacional da Juventude (PNJ), no ano de 2005, que estabeleceu diretrizes e parâmetros para a efetivação de metodologias de participação, de execução e de avaliação de políticas públicas. Assim, pela busca de novas experiências, os jovens estão deixando de ser vistos como receptores de ações e passando a ser encarados como protagonistas.

Compreende-se por políticas públicas as proposições de quatro elementos centrais: do envolvimento do governo, da percepção de um problema, da definição de um objetivo e das configurações de um processo de ação. Trata-se de um conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, em escala federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil.

Saber como é a juventude nos territórios é importante para o desenho das políticas públicas, as quais devem ser voltadas para todos os segmentos juvenis, organizados ou não. Segundo Castro:

Juventude rural, juventude camponesa, ao longo da história e em muitos países foram categorias ordenadoras de organizações de representação social [...] em comum, trata-se de uma juventude que ainda se confronta com preconceitos das imagens urbanas sobre o campo. Esses jovens se apresentam longe do isolamento, dialogam com o mundo globalizado e reafirmam sua identidade como trabalhadores, pequenos produtores familiares lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim [...], juventude camponesa são categorias aglutinadas de atuação política (CASTRO, 2012, p.440-441).

Pela perspectiva de juventude camponesa, busca-se a compreensão do espaço, território e lugar, concomitantemente, aos sujeitos jovens viventes do campo. Desse modo, o espaço, o território e o lugar estão articulados no processo de produção do assentamento, assim, busca-se a compreensão de espaço a partir do processo totalizante das relações de produção da terra. Nesse contexto, especificamente, busca-se analisar o modo de vida de uma juventude que, acima de tudo, sonha e intenciona construir métodos para efetivar seus objetivos em um território de lutas, mostrando resistência às monoculturas e agrotóxicos, que insistem em permanecer no lugar.

Em se tratando do Assentamento Roseli Nunes, a pressão capitalista é vivenciada pelos camponeses assentados desde o processo de organização para ocupação da terra, passando pelo acampamento e por manter-se cotidianamente na terra conquistada, o assentamento. Na atualidade, os camponeses do Roseli Nunes vivenciam conflitos referentes aos agrotóxicos utilizados, principalmente na agricultura comercial desenvolvida em fazendas no entorno do assentamento, bem como a possível extração de minérios em seu território.

Tais conflitos foram identificados pelos jovens e familiares ao organizarem seu processo produtivo no território conquistado. Isso porque, em relação ao agrotóxico, o assentamento está cercado de grandes monoculturas de cana-de-açúcar para a produção de biocombustível, monocultivos de teca para exportação de madeiras, soja transgênica em grande escala e extensas áreas de pastagens para criação de gado de corte, que fazem uso

de produtos químicos como herbicidas, pesticidas e defensivos agrícolas diariamente. Sobre essa percepção, destaca-se a fala de uma das jovens:

Devido às pulverizações aéreas e terrestres de agrotóxicos, ao redor, a nossa produção agroecológica está sendo contaminada pelo vento e pela chuva, afetando diretamente nossos rios, matando e levando a uma perda da biodiversidade (S.C., 2018).

Segundo Carneiro (2007), os jovens camponeses são protagonistas na reconstrução cultural do campo. Em busca de mudança da realidade, o trabalho com a juventude vem ao encontro de anseios dessa parcela do assentamento Roseli Nunes. Para tanto, foram desenvolvidas 11 oficinas sobre agroecologia, a exemplo de *Agroecologia: uma alternativa para a permanência na terra* (Quadro 1), totalizando, cada uma, 44 horas, em conjunto com a escola, a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), a Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (COOPERAR)³ e o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), polo de Cáceres. As oficinas foram desenvolvidas durante o mês de novembro de 2015 a maio de 2017, configurando-se um processo de formação referenciado nas atividades da ARPA e no currículo da educação do campo. A finalidade maior foi promover a integração das organizações econômicas, da juventude e da escola para desenvolver reflexões de teorias voltadas para a prática da juventude nos grupos de trabalho, como alternativa de produção e comercialização de produtos agroecológicos.

Quadro 01: Organização das oficinas de agroecologia

CURSO	OFICINAS REALIZADAS
AGROECOLOGIA	Fundamentos da Agroecologia; Hortifrutis; Solos; PRV (Pastoreio Racional Voisin); Técnicas Agroecológicas; Avicultura; Horta Orgânica; Agroindústria; SAFs; Apicultura; Produção Consorciada.

Fonte: Organizado pelas autoras (2019)

Acerca da produção, o trabalho desenvolvido com a juventude teve início nos primeiros encontros, em que se dividiram em grupos (24 jovens, sendo 8 meninos e 17 meninas), tendo como base sua proximidade geográfica. Naquela ocasião, formaram-se seis grupos de estudos. Quando foi questionado, de modo informal, sobre o conceito de *agroecologia*, uma das respostas foi: “Agroecologia para mim é vida, interage conhecimento

³ A Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (COOPERAR) foi fundada em 12 de maio de 2005, objetivando congregar as várias forças e parceiros que colaboravam em todo o Brasil com o desenvolvimento das empresas sociais das áreas de reforma agrária.

científico com o conhecimento tradicional e busca trazer uma produção diferenciada para alimentação saudável sem veneno, com adubos produzidos orgânicos, a agroecologia é o respeito à terra, à fauna à flora, é a vida humana valorizada” (S. C., 2018).

A partir do projeto da *juventude camponesa*, a agroecologia como um curso para esses sujeitos foi pensada em uma perspectiva ecológica, representando, ao mesmo tempo, como “[...]um conjunto de princípios e de práticas de produção que tem o cuidado com o meio ambiente (os ecossistemas) e as culturas humanas como fundamento de toda a organização do campo” (ZART, 2012, p. 47). Entende-se, portanto, que, a partir do desenvolvimento das práticas agroecológicas de produção, os agricultores passam a preservar sua cultura, conservando os recursos naturais e preservando a biodiversidade local, além de permanecerem no campo, garantindo o sustento de suas famílias.

Para Altieri (2012), “a agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas, integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia”, que se preocupa em manter o equilíbrio entre todos os elementos ambientais e humanos. Ainda, tem como princípio o manejo ecológico das riquezas naturais, a construção de relações justas e solidárias, com respeito às diversidades culturais, distribuição equilibrada das riquezas, consumo consciente e a comercialização justa, possibilitando uma vida digna na cidade e no campo.

Tal concepção e fundamentos foram incorporados pelos jovens do Assentamento Roseli Nunes durante o processo de formação; entretanto, constatou-se que estes já tinham a agroecologia como fundamento e prática de vida e trabalho no campo. Foi possível chegar a essa conclusão nas oficinas, especificamente, ao observar a prática dos jovens participantes, quando relatavam de que maneira faziam a calda agroecológica em seus sítios, a qual é pulverizada nas plantas. Assim, por meio dos relatos e das visitas aos sítios de alguns, registrou-se, com base nas explicações recebidas, que a prática era desenvolvida pelos seus pais e avós e estavam, ao mesmo tempo, aprendendo e ensinando nas oficinas.

As oficinas foram muito proveitosas, tanto para os jovens quanto para as suas respectivas famílias e, ainda, para os promotores das formações, uma vez que a troca de conhecimentos entre a academia e os saberes tradicionais é de grande valia. Com base nos relatos dos participantes, o curso possibilitou e estimulou a colocar em prática os conhecimentos adquiridos em relação à produção agroecológica no território do assentamento, principalmente porque compreenderam a importância da preservação do território e da sustentabilidade camponesa. O relato de uma jovem evidencia tais afirmações:

Eu já tinha uma noção sobre agroecologia por causa da ARPA, né; no assentamento, buscamos trabalhar com produtos agroecológicos, então eu já sabia um pouco sobre isso. Mas, no curso, pude aprender muito mais coisas sobre a produção agroecológica, sobre a importância de produzir alimentos saudáveis para nós, mas também para a sociedade, né (sic), porque a gente vende parte do que produzimos. Então, eu acho que o curso ampliou o nosso conhecimento. Ele nos ajudou a pensar em estratégias para produzir e comercializar e também a ser solidário, porque a gente precisa estar junto dos companheiros, precisamos aprender a desenvolver o trabalho de forma coletiva, porque eu acho que isso é bom pra (sic) todo mundo. Todos nós ganhamos quando trabalhamos de forma coletiva e com produtos agroecológicos (S. C., 2018).

Assim, a agroecologia, oportunamente, vem afrontar o agronegócio, tendo em vista que o grupo de camponeses do Assentamento Roseli Nunes, muito antes da pesquisa com a juventude e dos cursos, já trabalhava com essa concepção. A Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA)⁴ colaborou com o curso e fez parte da discussão com os jovens do assentamento, agregando saberes diferentes, tanto científicos como empíricos.

As práticas ambientais agroecológicas representam, segundo Altieri (2012), uma forma de abordar a agricultura que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, aos problemas sociais e à sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção. Desse modo, entende-se que:

A agroecologia fornece as diretrizes para um manejo cuidadoso dos agroecossistemas, sem provocar danos irreparáveis. Simultaneamente ao esforço para combater as pragas, doenças ou deficiências do solo, o agroecólogo luta para devolver ao agroecossistema sua elasticidade e força. Se a causa das doenças, pragas, degradação do solo, etc., for atribuída a um desequilíbrio, então, a meta do tratamento agroecológico será restaurar o equilíbrio. Na agroecologia, incremento e manutenção da biodiversidade é a técnica principal para restaurar a autorregulação e a sustentabilidade (ALTIERI, 2012, p. 16).

Nesse contexto, Gliessman afirma que a agroecologia “[...] é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável” (GLIESSMAN, 2005, p. 56) ressalta que a agroecologia promove a sustentabilidade do campo e das famílias camponesas, pois favorece a preservação do meio ambiente, reduz os custos de produção, aumenta a renda dos agricultores e disponibiliza produtos com qualidade nutricional e sem resíduo de produtos químicos para o consumo familiar e da sociedade.

⁴A Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 6 de setembro de 1997, com sede localizada na área social “Dezessete de Março”, do Assentamento Roseli Nunes. Foi pensada e construída com a metodologia de trabalho voltada para a qualidade de vida das famílias assentadas na região sudoeste de Mato Grosso na lógica da produção agroecológica.

As dimensões agroecológicas são a produção, o consumo, a ciência, a técnica, a educação e a cultura. Caporal e Costabeber (2002) corroboram a ideia expressa por Gliessman (2005) ao defender o modelo agroecológico como um novo paradigma para promover o manejo adequado dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, a redução dos impactos sociais, econômicos e ambientais negativos causados pela agricultura moderna no campo brasileiro.

As imagens a seguir (Figura 02) representam a vivência dos jovens em uma das aulas práticas do curso, no local onde foi feita a preparação de caldas agroecológicas para plantações. É possível verificar hortas dos quintais de alguns jovens participantes do curso, em que os ministrantes orientam para a lógica do desenvolvimento do campo sustentável, objetivando a permanência dos jovens no campo.

Figura 02: Oficina de caldas agroecológicas para plantações



Fonte: As autoras (2018)

Assim, o que era saber empírico entre os jovens em relação à produção agroecológica e seus benefícios para a vida (não só das famílias que as produzem, mas da população como um todo) foi trabalhado nas oficinas, em que o saber formal endossou suas aprendizagens anteriormente adquiridas. Sendo assim, incontestável a importância disso para esses sujeitos, segundo seus relatos, pois sonham com um futuro melhor e mais saudável no campo.

Zart (2012, p. 47) define com clareza a ideia de que “a agroecologia representa ao mesmo tempo um conjunto de princípios e de práticas de produção que tem o cuidado com o meio ambiente, com os ecossistemas e com as culturas humanas como fundamento de toda a organização do campo”.

Para Vailant (2011), a organização coletiva socioprodutiva ou comercial é também estratégia de sobrevivência e permanência no campo. A agricultura familiar é um modo de

vida cujo objetivo principal não é o acúmulo de renda, mas, sim, a garantia da vida familiar por meio de sua produção, considerando o fato de sua importância.

Dessa forma, os estudos dos elementos da produção camponesa implicam a necessidade de verificar a importância de cada elemento no contexto da reprodução e produção da unidade camponesa. Assim sendo, Santos (2002) destaca:

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo o seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformações de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significados para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a consequente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade [...]. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo (SANTOS 2002, p.33-34).

Os jovens agricultores estão buscando formas de permanecerem no seu espaço, produzindo alimentos saudáveis, buscando continuar com a relação de proximidade com a terra. Desse modo, para manter essa ideia de pertencimento, uma das alternativas é a organização por meio do trabalho associado.

Segundo o Portal Brasil (2016), a agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural e responde por sete de cada 10 empregos no campo, e por cerca de 40% da produção agrícola. Assim, consiste em pequenas escalas de produção agrícola, constituída por famílias e predominantemente dependente de mão de obra familiar, sem que haja a exploração e segregação sexual do trabalho. Norteia-se pelos princípios da sustentabilidade socioambiental voltada à concepção da agroecologia.

Nesse sentido, a agroecologia representa uma proposta de agricultura familiar justa, viável e sustentável, não existe isoladamente, mas agrega conhecimentos de outras ciências, além de adicionar saberes populares e tradicionais das experiências de agricultores familiares de comunidades indígenas e camponesas. De acordo com Gubur e Toná (2012, p. 57), estabelece um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais dos povos originários e camponeses.

A partir dos trabalhos provenientes da mão de obra familiar, que proporciona a produção de alimentos agroecológicos, com o objetivo de renda para esses sujeitos do campo, com base em Marin (2013), destaca-se que a agroecologia favorece a preservação do meio ambiente, reduz os custos de produção, aumenta a renda dos agricultores e disponibiliza produtos com qualidade nutricional e sem resíduo de substâncias químicas para o consumo da sociedade.

A agroecologia pode ser definida como [...] o manejo ecológico dos recursos naturais mediante formas de ação social coletiva que apresentem alternativas à atual crise civilizatória. E isso por meio de propostas participativas, desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para fazer frente à atual deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo (GUBUR; TONÁ, 2001, p. 1).

Dessa forma, ao serem questionados sobre as práticas agroecológicas que conhecem e desenvolvem em seus espaços de vida e trabalho, a maioria dos participantes revelou que é possível o cuidado com a terra e a produção de alimentos saudáveis sem a utilização de produtos químicos, que impactam diretamente a saúde dos povos do campo e da cidade.

Nossa produção sai sem os agrotóxicos e, cada vez mais, as pessoas estão vendo que o veneno mata e que nós vamos levar para eles uma produção saudável (S. C., 2018).

Aqui no sítio, vou falar verdade, antes usávamos veneno, no começo [...], aí começamos a ver, entender e tomar consciência dos problemas que o veneno acarreta, [...] não foi fácil. Só depois que acabou o projeto que fui ver o que era mesmo que acontecia. Aí a minha mãe começou a participar também do grupo de mulheres e a vender na feira daqui. Aí que percebemos como deveria ser e como melhorou o nosso dia a dia. Houve uma mudança, e ainda está havendo, para a agroecologia que, vou falar, não é fácil, mas compensa; [...] quando vou colher na horta aqui de casa e comer, nós comemos com gosto, com sabor, as nossas verduras, e isso é muito bom, muito bom mesmo (C. B. O., 2018).

Vou trabalhar com minha mãe agora, aprendi muito com ela e com o curso, [...] a minha produção é familiar e é agroecológica, eu garanto (J. F. A., 2018).

Os dados dispostos no Quadro 2 exemplificam a variedade de produtos que foram produzidos pela juventude de forma agroecológica, com trabalho coletivo e solidário, para consumo e venda do excedente nas feiras e em outros canais de comercialização.

Quadro 02: Produção agrícola nos lotes da juventude.

Espaço/Horta	Roças	Quintais	Outros
Alface, couve, almeirão, rúcula, mostarda, salsinha, coentro, cebolinha verde, tomates, pimenta de cheiro, pepino, etc.	Batata-doce, inhame, abóbora, mandioca, melão, bananas, milho; melancia; cana; abacate, abacaxi, limão, pocã, etc.	Maxixe, abacaxi, abacate, cupuaçu, graviola, laranja, mamão, maracujá, jiló, quiabo, etc.	Queijo, requeijão, ovos, frangos, farinha, doces, óleos, pães, bolachas, bolos, artesanatos, etc.

Fonte: Organizado pelas autoras (2018)

Ao término das primeiras oficinas, constatou-se que a produção e a prática agroecológica desenvolvidas pela juventude camponesa estão em consonância com os preceitos da economia solidária e da agroecologia. Para os jovens do Assentamento Roseli

Nunes, a produção agrícola desenvolvida em seus sítios é de suma importância, pois dali estão retirando parte de seus alimentos diários e de suas rendas.

Além de produzir para subsistência, o camponês pode e deve comercializar o excedente de sua produção, tendo em vista que não é autossuficiente em todos os itens necessários à sua sobrevivência. Desse modo, em colaboração com essa perspectiva, além dos cursos anteriores citados, foram realizados outros de 44 horas sobre *Gestão de empreendimentos solidários*. A organização ocorreu primeiramente nos grupos de produção, cujo excedente da colheita era direcionado à comercialização.

A partir do processo de formação proporcionado pelo projeto, a juventude teve sua inserção na feira de economia solidária realizada na cidade de Cáceres. A FEISOL nasceu da necessidade de comercialização de produtos, de início, de um grupo que estava em processo de incubação, sendo assistido pelo núcleo UNEMAT/Unitrabalho.

Todas as quintas-feiras, os jovens direcionavam-se para a *Feira de economia solidária e agroecológica de Cáceres* (FEISOL, UNEMAT). Assim, para esse evento, era levada a produção de todos os participantes, sendo que três se responsabilizavam pela comercialização, ação de grande relevância, visto que todos tinham a oportunidade de aprender novos saberes ao negociar seus produtos na feira.

A feira é uma iniciativa socioeconômica e cultural autogestionária de produtores, associados, entidades de apoio e consumidores, criada para viabilizar a exposição, a comercialização e a divulgação de produtos e trabalhos de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (EESS). Ainda, estabelece um espaço coletivo de promoção da cultura de encontro entre produtores e consumidores, para o reconhecimento das pessoas, dos processos, dos produtos, dos saberes e das práticas, que caracterizam as vivências socioeconômicas solidárias e sustentáveis. A figura 03 representa a divulgação e comercialização de produtos diversificados de suas roças e quintais, neste caso, produzidos por jovens mulheres do assentamento Roseli Nunes.

Figura 03: Exposição da juventude em feira agroecológica.



Fonte: Organizado pelas autoras (2018)

Ainda, na concepção de outros participantes, ganham destaque as possibilidades que a feira promove ao assentamento, tendo em vista o empoderamento e a autonomia, questões levantadas pelos jovens camponeses. Igualmente, é a reverberação da luta pela constante melhoria da agricultura e das condições de vida dos camponeses.

Sou feirante e produtora. Faço feira dois dias por semana, levo as coisas de horta, frango, ovos e requeijão, e também entrego na cidade, por encomenda. Os outros dias da semana são destinados aos cuidados da produção, da casa, da família. Todavia, ao assumir a condição de feirante, o agricultor procura eliminar a figura do intermediário, na perspectiva de maximizar o lucro sobre o seu produto (J. F. A., 2018).

Não trago para a feira produtos de hortaliças. Eu faço pães. Tenho um grupo da igreja que também participa. Acho que, aos poucos, temos condições de englobar mais pessoas, sem ter concorrência, visando o melhor para cada componente do grupo e da comunidade (A. S. S.2, 2018).

São muitas coisas que estão sendo vivenciadas que podem fortalecer nossa permanência aqui no assentamento, como as formações que foram e ainda são feitas, as práticas agroecológicas, o fortalecimento da juventude a cada dia e a cada encontro; [...] a feira está sendo uma alternativa a mais de renda para nós através do projeto. Conseguimos andar e hoje já tem mais de ano que nós estamos aqui, fazendo feira no barracão. Enfim, temos que lutar e manter a luta por um futuro melhor pra nós, pra nossa família e pra nossa comunidade (J. F. A., 2018).

Para os jovens agricultores, a feira livre (local ou não) é mais que um espaço que permite a venda de seus produtos. Para eles, a comercialização possibilita ter contato com outros agricultores e com a comunidade cacerense, que, no espaço da feira livre, vão trocar ideias e criar laços afetivos, pois a feira é: “espaço dinâmico, que permite a sociedade conviver com culturas distintas e ter acesso a produtos locais, regionais e nacionais de qualidade” (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 81).

Nesse sentido, a jovem S. C. (2018) ressalta também a importância da feira e as possibilidades que ela proporciona à juventude e aos consumidores.

[...] a feira é uma possibilidade de as pessoas irem à feira, é uma possibilidade de mudanças mesmo, de as pessoas socializarem, de comprarem produtos diversificados e de qualidade, de conhecerem outras pessoas. Em todo lugar que eu vou, eu falo sobre a importância da agroecologia, dos meus produtos, [...] quando eu saio com meu marido para Mirassol, por ter muitos conhecidos, as pessoas perguntam como que a gente faz, o que a gente faz. E aí é uma forma de estar divulgando nosso trabalho, nossa cultura, nossa vida, né? (S. C., 2018).

Por meio de observações e diálogos com os jovens, foi possível constatar que eles se sentem orgulhosos pelas conquistas após o desenvolvimento do projeto. Em seus relatos, abordam as diversas atividades e lutas que empenharam dentro e fora do Assentamento Roseli Nunes, junto ou não com a comunidade, para defender seus direitos e os direitos dos camponeses como um todo. Nesse processo, algumas contendas persistem, principalmente em relação à logística do transporte para a comercialização dos produtos que são feitos no espaço do assentamento. Isso porque há, ainda, na atualidade, uma parcela de jovens que não faz a comercialização da produção, por não ter condições de escoá-la e, muitas vezes, o excedente é destinado para consumo dos animais.

É importante ressaltar que a prática e a luta pela agroecologia vêm sendo realizadas antes mesmo do desenvolvimento do projeto, ou seja, os cursos reforçaram/qualificaram a prática nesse território. Por meio da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), há muito tempo, os camponeses desenvolvem a técnica de produção agroecológica, promovendo o cuidado com a terra, com a natureza e com os animais, resultando em alimentos sem agrotóxicos e em consonância com a natureza. A agroecologia vem criando formas de movimentos socioterritoriais de se contrapor ao modelo capitalista e, com isso, vem rompendo barreiras. Entretanto, é necessário lutar mais ainda para garantir aos trabalhadores do campo, organizados nos projetos de assentamento e em pequenas propriedades, o direito de exercer suas atividades agrícolas.

Considerações finais

Os movimentos socioterritoriais têm o território como trunfo e também como essência para sua existência. Desse modo, suas atuações, ocupando terras, têm reflexos na conjuntura dos governos, que sempre deixaram em segundo plano as questões relacionadas ao acesso igualitário à terra. Para realização da reforma agrária almejada pelos movimentos, é necessário que se mudem as regras que sustentam a situação atual da estrutura fundiária, como o modelo baseado na produção na monocultura, de *commodities*, do agronegócio.

Assim, as ações dos movimentos socioterritoriais são vistas como empecilho para o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, são caracterizadas como atos criminosos. Ainda, questionam o modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio, a legalidade das terras, a concentração de terras, as políticas realizadas pelos governos; no entanto, os sem-terra não deixaram de atuar, ora ocorrendo um refluxo da luta, ora um avanço.

Este estudo possibilitou observar a autonomia dos jovens, em termos de organização, tanto no cotidiano quanto em seus trabalhos de produção dentro da comunidade. Ainda, observou-se o desenvolvimento do coletivo, a atuação e a busca por políticas públicas direcionadas para suas realidades. Também, importante mencionar, como exemplo, sobre as feiras, a continuidade de alguns desses jovens na FEISOL de Cáceres, bem como na FEISOL Roseli Nunes, que ocorre nas sextas-feiras no barracão Che Guevara, localizado no Assentamento Roseli Nunes.

Por fim, faz-se essencial mencionar que há evidente necessidade de quebrar as barreiras ao acesso às políticas públicas para a juventude do campo, tendo em vista que é preciso dar a este grupo o acesso à terra, mais informações técnicas em relação à agroecologia, condições de produção e de educação do campo com direitos sociais, tempo livre e novas sociabilidades. Assim sendo, percebe-se que a juventude do campo dá uma nova roupagem para a agricultura camponesa a partir do território livre de agrotóxicos e pela busca de um bem-viver: a agroecologia vem ao encontro das perspectivas de conquista desse movimento socioterritorial que chega através da terra.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária elefante, 2016.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

BATISTA, Sinthia Cristina. **Cartografia geográfica em questão**: do chão, do alto, das representações. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. Legislação Informatizada - **LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005** - Publicação Original. 2005. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11129-30-junho-2005-537682-publicacaooriginal-30355-pl.html>>. Acesso em: 18 maio 2018.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2002.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. **Os impactos dos agrotóxicos no contexto do agronegócio**. A agricultura familiar e o direito humano à alimentação: conquistas e desafios. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do campo. In: CALDART, R. S. **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 437-444.

DALPERIO, Lara Cardoso. Geografia dos movimentos socioterritoriais de 2000 a 2011. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 2012, Uberlândia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. **Anais eletrônicos**. Uberlândia: UFU, 2012, p. 1–20. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1236_1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. 2013. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 23 abr. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 8, n. 6, janeiro/junho de 2005, p. 24-34. Disponível em: <www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794>. Acesso em: 15 maio 2019.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense: 1999, p. 34-41.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GUBUR, Dominique Michele Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. p. 57-67. In: CALDART, Roseli S. (Org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 437-444.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. Espaço tem pó e crítica. **Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas e outras coisas**. n. 2 (4), v.1, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades. 2018**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=510562&search=mato-grosso|mirassol-d`oeste|infograficos:-historico>>. Acesso em: 18 maio 2018.

MARIN, Fábio. **Princípios de modelagem de sistemas agrícolas**. GEPEMA, ESALQ-USP: Base de dados. PDF (2013). Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/gepema/sites/default/files/Texto_Intro_Modelagem.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam Cristina Silva. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico Goiânia**, Goiânia, v. 2, n. 2 2008.

MITIDIERO, Marco Antônio. Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Agrária (São Paulo – online)**, n. 14, 2011, p. 4-22. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794>>. Acesso em: 10 maio 2018.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. 2009. 240f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental Faculdade de Ciências

e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_pedon.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PORTAL BRASIL. **Índices econômicos Brasileiros**. 2016. Disponível em: <<https://www.portalbrasil.net/>>. Acesso em: 18 maio 2018.

SANTOS, Boaventura Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOBREIRO FILHO, José. Contribuição para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais e análise das dissensões e formação do “MST da Base” no Pontal do Paranapanema. **Revista Geografia em questão**, Marechal Cândido Rondon - PR, v. 3, n. 1, maio, 2010 Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4297>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

VAILANT, Clóvis. **A economia solidária e a resistência camponesa: a construção da Cooperrede – Cooperativa Regional de Prestação de Serviços e Solidariedade na área de Influência da BR-163 entre Nova Mutum e Peixoto de Azevedo, MT**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, 2011. Disponível em: <<http://geografiaufmt.com.br/index.php/pt-br/biblioteca-dissertacoes/download/30>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ZART, Laudemir Luiz. **Produção social do conhecimento na experiência do curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo**. 2012. 421f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2012.

Sobre as autoras

Cristiane Gonçalves Ribeiro – Graduada em Geografia e mestre em Geografia pela UNEMAT. Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora da Educação Básica Seduc/MT. Cáceres, Mato Grosso, Brasil. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1557-9727>

Renata Maria da Silva – Graduada em Geografia pela Unespar. Especialista no ensino de História e Geografia pela Univalde e mestre em Geografia pela UNEMAT. Professora da Educação Básica SEDUC/MT. Vera, Mato Grosso, Brasil. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-3919-962X>

Como citar este artigo

RIBEIRO, Cristiane Gonçalves; DA SILVA, Renata Maria. Movimentos socioterritoriais: relações de produção agroecológica de jovens no assentamento Roseli Nunes, MT. **Revista NERA**, v. 24, n. 61, p. 138-161, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

Este campo é exclusivo para artigos com mais de um autor(a). As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de

concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Cristiane Gonçalves Ribeiro** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pela aquisição de dados e suas interpretações e análise; a segunda autora **Renata Maria da Silva**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 01 de março de 2020.
Devolvido para revisão em 01 de setembro de 2020 e 07 de julho de 2021.
Aceito para publicação em 19 de julho de 2021.
